



EBOOK

ABRIR ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

TODOS OS ASPECTOS
LEGAIS E CONTÁBEIS

OPEN
PARALEGAL

Introdução

Quando se trata de abrir um escritório de advocacia, a formalização e a escolha do regime tributário são apenas as primeiras etapas. O processo contábil e fiscal, muitas vezes subestimado, é fundamental para o sucesso e a continuidade do negócio jurídico. A estrutura contábil precisa ser organizada de forma estratégica para que o escritório atenda a todas as exigências fiscais e regule corretamente suas operações financeiras, garantindo que todos os tributos sejam pagos pontualmente, que as receitas e despesas sejam registradas de forma transparente e que o fluxo de caixa seja otimizado.

Este manual foi elaborado com a intenção de fornecer um guia técnico e completo sobre as questões contábeis envolvidas ao abrir um escritório de advocacia, abordando todas as etapas cruciais, desde a escolha do regime tributário até a apuração de impostos e o controle financeiro do escritório.

O que vamos abordar?

- 1 Tipos de sociedade para advocacia**
- 2 Escolha do regime tributário**
- 3 Obtenção de CNPJ e registros fiscais**
- 4 Contabilidade e escriturações**
- 5 Emissão de notas fiscais e controle de receitas**
- 6 Apuração e pagamento de impostos**
- 7 Conclusão**



Tipos de sociedade para advocacia

Ao abrir um escritório de advocacia, a escolha da estrutura jurídica é fundamental, pois ela determinará o tipo de contabilidade que deverá ser seguida, as obrigações fiscais a serem cumpridas e a responsabilidade dos profissionais envolvidos. Em conformidade com a legislação atual, os tipos de estrutura jurídica mais comuns para um escritório de advocacia são:

Sociedade Simples

A Sociedade Simples é a estrutura jurídica mais comum quando se tem dois ou mais advogados formando um escritório de advocacia. Nesse modelo, os advogados se associam para compartilhar os custos, lucros e responsabilidades do escritório, enquanto ainda mantêm a individualidade de suas práticas profissionais. A Sociedade Simples é regida pelo Código Civil e deve ser formalizada por meio de um Contrato Social, que definirá as obrigações e a participação de cada sócio na sociedade.

- **Responsabilidade:** A responsabilidade dos sócios é ilimitada, ou seja, os advogados podem responder com seu patrimônio pessoal pelas obrigações da sociedade, caso não haja a devida separação de bens ou um planejamento adequado.
- **Contabilidade:** A contabilidade para Sociedade Simples exige um acompanhamento detalhado das receitas e despesas do escritório, com a divisão proporcional de lucros e a apuração dos impostos devidos, conforme o regime tributário adotado.
- **Formalização:** Para formalizar uma Sociedade Simples, deve-se registrar o contrato social na Junta Comercial e fazer a inscrição do escritório na OAB e nos órgãos fiscais competentes (como Receita Federal e Prefeitura).

Sociedade Unipessoal de Advocacia (SUA)

A Sociedade Unipessoal de Advocacia (SUA) foi introduzida pela Lei nº 14.195/2021, que trouxe importantes alterações ao Código Civil, abrindo caminho para que advogados pudessem constituir uma empresa individual com responsabilidade limitada, conferindo maior segurança patrimonial e profissional.

Portanto, essa modalidade representa uma inovação crucial para o profissional do direito no Brasil, permitindo que o advogado abra um escritório de advocacia individualmente, sem a necessidade de sócios, mas desfrutando da segurança fiscal de uma Pessoa Jurídica.

Este modelo é uma evolução significativa que oferece ao advogado a capacidade de formalizar suas atividades profissionais com uma estrutura empresarial robusta.

A grande distinção e benefício reside no fato de que sua responsabilidade, diferentemente do profissional autônomo, será limitada ao capital social do escritório, protegendo de forma eficaz seus bens pessoais de quaisquer dívidas ou obrigações contraídas pela empresa.

Vantagens da Sociedade Unipessoal para o advogado

- **Responsabilidade:** A principal e mais relevante vantagem desse modelo é a segregação patrimonial. Mesmo sendo o único proprietário e gestor, o advogado terá sua responsabilidade limitada ao valor do capital social investido na empresa. Isso significa que, em caso de dívidas, processos ou outras obrigações financeiras do escritório, seus bens pessoais — como imóveis, veículos e contas bancárias — não serão afetados, proporcionando uma camada fundamental de proteção e segurança jurídica.
- **Contabilidade:** A gestão contábil para uma Sociedade Unipessoal exige uma abordagem rigorosa e especializada, visto que envolve a apuração detalhada do lucro e a correta distribuição dos resultados, sempre em conformidade com as normas contábeis e fiscais. O escritório deverá optar por um regime tributário que melhor se adapte ao seu porte e tipo de atividade, com as opções sendo o Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real. A escolha do regime dependerá de fatores como o faturamento anual esperado, o tipo de despesas e a margem de lucro, sendo crucial contar com o suporte de um contador especializado para tomar a decisão mais vantajosa e evitar surpresas fiscais.
- **Formalização:** Para formalizar a abertura de um escritório de advocacia como Sociedade Unipessoal, o advogado precisa elaborar e registrar um Contrato Social na Junta Comercial do estado. Este documento é essencial e deve especificar claramente que se trata de uma sociedade unipessoal, identificando o advogado como o único proprietário e responsável pela administração do escritório. Além do registro na Junta Comercial, é obrigatória a inscrição da sociedade junto à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e, posteriormente, a obtenção do CNPJ na Receita Federal, além de eventuais registros municipais, para que o escritório possa operar legalmente e emitir notas fiscais.

Escolha do regime tributário

Ao abrir um escritório de advocacia, escolher o regime tributário adequado é fundamental para garantir que a carga tributária seja otimizada e que os impostos sejam pagos corretamente. Existem três opções principais:

1

Simples Nacional

O Simples Nacional é um regime simplificado e vantajoso para pequenos escritórios de advocacia, com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões. Esse regime unifica a cobrança de impostos federais, estaduais e municipais em uma única guia de pagamento. Para abrir um escritório de advocacia com menos estrutura e operação mais simples, o Simples Nacional proporciona uma tributação simplificada, o que facilita a gestão fiscal e reduz a carga tributária.

2

Lucro Presumido

O Lucro Presumido é utilizado por escritórios de advocacia com faturamento acima de R\$ 4,8 milhões, mas abaixo de R\$ 78 milhões. Nesse regime, a base de cálculo do imposto é presumida, ou seja, a Receita Federal aplica um percentual sobre a receita bruta para calcular o lucro tributável. A contabilidade exigida nesse regime é mais complexa que no Simples Nacional, pois envolve a apuração do lucro presumido, com o correto lançamento de receitas e despesas.

3

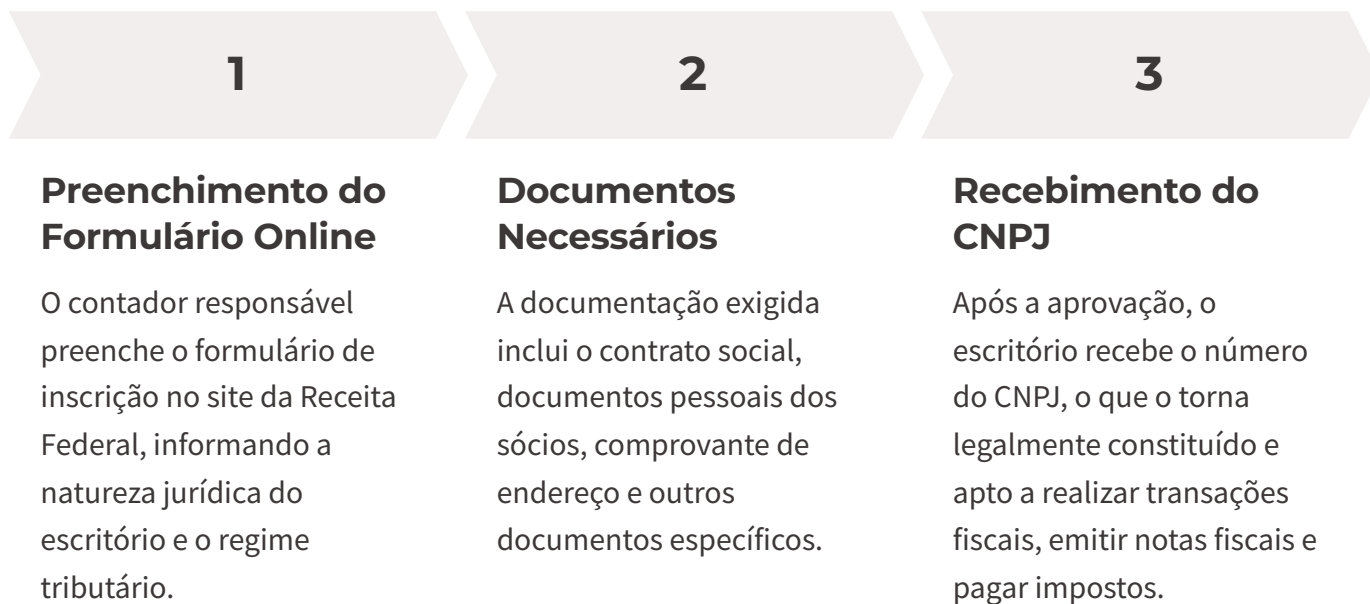
Lucro Real

O Lucro Real é o regime mais complexo e adequado para escritórios de advocacia de grande porte, com faturamento superior a R\$ 78 milhões. Nesse regime, a apuração dos impostos é realizada sobre o lucro efetivo do escritório, ou seja, são consideradas todas as receitas, custos e despesas. A contabilidade neste regime exige uma escrituração detalhada e a manutenção de um controle rigoroso sobre todas as operações do escritório.

Obtenção de CNPJ e registros fiscais

Ao abrir um escritório de advocacia, o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) é necessário para formalizar o negócio e permitir que ele opere legalmente. Esse processo envolve o preenchimento de um formulário na Receita Federal, onde o escritório de advocacia será registrado como uma pessoa jurídica.

Obtenção do CNPJ



Inscrição Municipal

Ao abrir um escritório de advocacia, é necessário realizar a inscrição municipal na prefeitura da cidade onde o escritório está localizado. A inscrição municipal é obrigatória para o recolhimento do ISS (Imposto Sobre Serviços), que incide sobre os honorários advocatícios pagos pelos clientes. Esse imposto varia conforme o município, sendo que a alíquota do ISS pode variar entre 2% a 5% dos valores cobrados pelos serviços prestados.

 A inscrição municipal é essencial para a emissão de notas fiscais de serviços advocatícios e para o recolhimento do ISS, que é um tributo municipal.

Contabilidade e Escrituração

A escrituração contábil e fiscal é um dos aspectos mais cruciais ao abrir um escritório de advocacia. A contabilidade deve ser conduzida de acordo com as normas contábeis e fiscais brasileiras para garantir que o escritório esteja em conformidade com as exigências legais.

Escrituração Contábil

A escrituração contábil consiste no registro detalhado de todas as transações financeiras do escritório, como receitas, despesas, investimentos e pagamentos de tributos. A contabilidade de um escritório de advocacia deve registrar todos os pagamentos de honorários, taxas de administração, despesas com fornecedores, entre outros. Para abrir um escritório de advocacia de maneira eficiente, é importante se atentar a fatores como:

- **Apuração de Lucros:** Calcular o lucro real ou presumido, dependendo do regime tributário escolhido.
- **Gestão Financeira:** Ajudar na análise e controle do fluxo de caixa, realizando a previsão de recebimentos e pagamentos.

Escrituração Fiscal

A escrituração fiscal envolve o registro das operações tributáveis do escritório, incluindo o **ISS** (Imposto Sobre Serviços), **PIS**, **COFINS**, **IRPJ** e **CSLL**. O contador deve manter registros detalhados e entregar as obrigações fiscais pertinentes ao fisco, como a **DCTF** (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) e **SPED Fiscal** (Sistema Público de Escrituração Digital).



Livros Contábeis

Registro de todas as transações financeiras do escritório, incluindo o Livro Diário e o Livro Razão.



Demonstrações Financeiras

Elaboração de balanços patrimoniais e demonstrações de resultados para análise da saúde financeira.



Obrigações Acessórias

Entrega de declarações e documentos exigidos pela legislação fiscal, como DCTF e SPED.



Emissão de notas fiscais e controle de receitas

Ao abrir um escritório de advocacia, é fundamental emitir notas fiscais corretamente para cumprir com as obrigações fiscais e garantir que os tributos sejam pagos de forma justa e transparente.

Emissão de notas fiscais de serviço

A emissão de notas fiscais de serviço é uma obrigação fundamental para os escritórios de advocacia. Sempre que um serviço é prestado, é necessário emitir uma nota fiscal eletrônica (NFS-e) de acordo com os requisitos municipais.

Essa prática é essencial não apenas para o recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS), mas também para garantir que o escritório esteja cumprindo com todas as obrigações fiscais exigidas pela legislação local. É importante manter um controle rigoroso desse processo para evitar problemas com as autoridades competentes.

Controle de receitas

Outra responsabilidade contábil crucial ao abrir um escritório de advocacia é manter um controle eficiente das receitas. O escritório deve registrar cuidadosamente todos os honorários recebidos, bem como os serviços prestados, para assegurar que todos os impostos sejam pagos corretamente.

Esse controle detalhado das receitas é fundamental para a saúde financeira do escritório e para garantir o cumprimento das obrigações tributárias. É essencial que essa tarefa seja realizada de forma organizada e sistemática, a fim de evitar problemas futuros.

Apuração e pagamento de impostos

A apuração e o pagamento de impostos é um processo contínuo e crucial para a conformidade fiscal de um escritório de advocacia. Os principais tributos que um escritório de advocacia deve pagar ao abrir um escritório de advocacia incluem:

Tributo	Descrição	Base de Cálculo
ISS	Imposto municipal, com alíquotas variáveis conforme a localidade.	Receita de serviços
IRPJ	Tributo federal sobre o lucro do escritório, com alíquotas variáveis dependendo do regime tributário escolhido.	Lucro real ou presumido
CSLL	Contribuição destinada ao financiamento da seguridade social, com base no lucro do escritório.	Lucro real ou presumido
PIS/COFINS	Contribuições federais, que incidem sobre a receita bruta do escritório.	Receita bruta

Prazo para pagamento

Os impostos devem ser pagos mensalmente ou trimestralmente, dependendo do regime tributário. O contador é responsável por realizar os cálculos e garantir que os tributos sejam pagos pontualmente, evitando multas e juros.



O atraso no pagamento de tributos pode resultar em multas, juros e até mesmo na inclusão do escritório em cadastros de inadimplentes, comprometendo sua reputação e operação



Conclusão

Ao abrir um escritório de advocacia, é fundamental garantir que todas as questões contábeis e fiscais estejam corretamente estruturadas para evitar problemas com o fisco e garantir a sustentabilidade do negócio. A escolha do regime tributário, a obtenção do CNPJ, a escrituração contábil e fiscal e o controle de receitas e despesas são as bases de uma operação eficiente e legalizada.

Contar com o apoio de um contador especializado e de ferramentas de gestão contábil pode facilitar significativamente o processo e permitir que você foque no crescimento do seu escritório. Ao seguir as orientações deste guia, seu escritório de advocacia estará bem posicionado para prosperar de maneira estruturada e regularizada.

OPEN
PARALEGAL

 Open Paralegal



Solicite um orçamento – Open Paralegal

Faça o seu orçamento para contabilidade com a Open Paralegal e conheça todas as nossas soluções jurídicas par...